



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0584/13	DATA: 22/05/2013
INÍCIO: 11h26min	TÉRMINO: 14h08min	DURAÇÃO: 02h42min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h42min	PÁGINAS: 45	QUARTOS: 33

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

GISELE ELIAS DE LIMA PORTO LEITE - Procuradora da República e Coordenadora do Subgrupo Energia Nuclear da 4ª Câmara de Coordenação e de Revisão do Ministério Público Federal.

ALTINO VENTURA FILHO - Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia.

HEITOR SCALAMBRINI - Professor da Universidade Federal de Pernambuco e representante da Articulação Antinuclear Brasileira.

ADEMAR KYOTOSHI SATO - Monge budista estudioso do tema energia nuclear.

RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA - representante do Grupo Ambientalista da Bahia — GAMBÁ e da Articulação Antinuclear Brasileira.

SUMÁRIO: Debate sobre a situação da energia nuclear pós-Rio+20.

OBSERVAÇÕES

Houve falha na gravação.

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.

Houve exibição de imagens.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Bom dia, meus amigos.

Senhoras e senhores, declaro aberta a presente reunião de audiência pública destinada a debater a situação da energia nuclear pós-Rio+20.

O requerimento para a realização deste evento é de minha autoria.

Comunico a todos que o evento está sendo transmitido ao vivo pela Internet e está sendo gravado pela *TV Câmara* para ser exibido posteriormente na programação da emissora.

Convido para tomar assento à mesa a Sra. Gisele Elias de Lima Porto Leite, Procuradora da República e Coordenadora do Grupo de Trabalho Energia Nuclear da 4ª Câmara de Coordenação e de Revisão do Ministério Público Federal. (*Palmas.*) Convido também o Sr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (*palmas*); o Sr. Heitor Scalabrini, Professor da Universidade Federal de Pernambuco e representante da Articulação Antinuclear Brasileira (*palmas*); o Sr. Ademar Kyotoshi Sato, monge budista estudioso do tema (*palmas*); e o Sr. Renato Cunha, representante do Grupo Ambientalista da Bahia — GAMBÁ, que também falará pela Articulação Antinuclear. (*Palmas.*)

Quero informar a todos que cada palestrante terá 15 minutos, haja vista que, após as palestras, iniciaremos os debates. Há um relógio localizado neste plenário para orientá-los sobre o tempo. Informo também que a reunião está sendo gravada, e por isso solicito aos palestrantes o obséquio de sempre utilizarem o microfone para suas intervenções.

Peço ainda aos palestrantes que assinem uma autorização para que a Câmara dos Deputados publique suas exposições e utilize suas imagens para transmissão pela Internet e em programas desta Casa.

Antes de passarmos a palavra aos nossos convidados, exibiremos cinco vídeos encaminhados pelo Prof. Heitor Scalabrini, da Universidade Federal de Pernambuco. Após as exibições dos referidos vídeos ouviremos as palestras desta audiência pública. Acho que todos nós temos acompanhado de alguma maneira esse tema, que se transformou em uma questão aguda para a sociedade mundial, principalmente após o dramático acidente em Fukushima.



Quero dizer que esta Comissão, ainda sob a Presidência do Deputado Sarney Filho — portanto, no ano passado —, teve a oportunidade de se encontrar com o Embaixador da Alemanha, quando se considerou que, devido à posição clara do país amigo, a Alemanha, onde há um projeto de em 20 anos desativar as usinas nucleares para fins de geração de energia, achávamos muito estranho que permanecesse de maneira sistemática o apoio ao projeto brasileiro. Posteriormente, recebemos o comunicado de que a partir daquele momento eles estariam transferindo seus investimentos para as energias limpas e pequenas hidrelétricas. Portanto, esse é um assunto que está na nossa pauta de maneira muito clara, muito definida.

Neste momento eu peço aos nossos assistentes técnicos que comecem a preparar os vídeos. Antes da apresentação o Prof. Scalabrini fará uma rápida intervenção.

**O SR. HEITOR SCALAMBRINI** - Simplesmente, para esclarecimento, para informação, quero lembrar que esse vídeo foi feito amadoristicamente. Os depoimentos, que foram colhidos no ano passado, durante a realização da Rio+20 e da Cúpula dos Povos, são de algumas personalidades, de algumas pessoas que estavam lá presentes. Eu espero que interesse a todos.

Podemos começar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Então, podemos começar.

*(Exibição de vídeo.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Amigos da técnica, vamos suspender a exibição porque tivemos um probleminha técnico. Caso consigamos resolver o problema, se ainda houver tempo, oportunamente retomaremos o vídeo.

Eu quero passar a palavra para a Sra. Gisele Elias de Lima Porto Leite, que tem um nome que, brincando, diríamos que é de latifundiário baiano. V.Sa. tem a palavra por 15 minutos, e depois ouviremos os outros palestrantes.

**A SRA. GISELE ELIAS DE LIMA PORTO LEITE** - Bom dia a todos, senhoras e senhores. Na pessoa do Exmo. Sr. Deputado Penna eu cumprimento todos os componentes desta Mesa. Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o convite. É uma honra estar aqui, representando a 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal em um evento tão importante para a democracia.



Antes de começar a expor, eu gostaria de ressaltar o papel do Ministério Público no contexto da discussão na qual estamos envolvidos. O Ministério Público tem o papel de verificar a legalidade e a adequação da execução das políticas públicas. Ao Ministério Público não cabe participar da elaboração de políticas públicas. Aliás, esse é um dos motivos pelos quais muitos criticam o Ministério Público, por se imiscuir numa área que não lhe cabe. Então, existe espaço para a participação do Ministério Público nessas decisões tão importantes para o País? Sim, existe. Mas qual é ele?

Os procuradores da República e os promotores são defensores da ordem jurídica, dos direitos sociais e do regime democrático. Aliás, ontem eu participei de um evento no qual o Subprocurador-Geral da República Aristides Junqueira ressaltou que o mais importante é o regime democrático, com o que eu concordo plenamente, porque ordem jurídica, ainda que não seja boa, vamos ter de qualquer forma, mas os direitos só serão respeitados se houver a preservação do regime democrático.

Então, eu quero comentar que esta audiência aqui é muito importante, e parabenizá-los pela sua convocação. E outras serão também importantes, para que este debate tão importante não saia da pauta.

Cabe ao Legislativo e ao Executivo definir se o País vai ou não vai adotar a energia nuclear; feita essa escolha, no limite da nossa atuação, nós temos a função, o importante papel de ver como isso está sendo feito na prática.

Nessa linha, a 4ª Câmara determinou a instauração de um grupo de trabalho chamado Subgrupo Energia Nuclear, formado por procuradores de vários Estados, especialmente daqueles onde ocorrem atividades relacionadas ao ciclo nuclear. Esse grupo fez um planejamento estratégico. As nossas ações planejadas para este primeiro ano eu acho importante todos conhecerem, porque podem sugerir alterações, inclusões ou prioridades para serem verificadas pelo grupo.

O primeiro ponto que verificamos foi que em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, e em Caetité, na Bahia, lugares onde há um foco importante de atividades nucleares, há muita rotatividade de procuradores da República, porque as pessoas passam no concurso, vão para lá, mas logo são removidas para os locais onde desejam residir. Então, como primeiro objetivo, o grupo resolveu formar um banco



de dados com as informações relacionadas aos procedimentos e ações sobre as usinas nucleares e os depósitos provisórios de rejeitos radioativos de Angra dos Reis, tendo em vista a alta rotatividade de procuradores observada naqueles locais. Foi formado também um banco de dados com os procedimentos administrativos e as ações sobre as condições de recebimento, manuseio e armazenagem do material radioativo *yellow cake*, que é o concentrado de urânio, extraído da única mina de urânio em produção no Brasil, localizada em Caetité, na Bahia.

Desde que o grupo foi instaurado nós estamos tentando tomar pé das ações que têm sido feitas nesses locais, além de reunir informações sobre os processos de licenciamento das instalações do estaleiro e da base naval para submarinos nucleares e dos referidos submarinos na Ilha da Madeira, Rio de Janeiro, tendo em vista a previsão de construção desses três submarinos nucleares, e reunir informações sobre o transporte de materiais radioativos e nucleares, visando verificar os padrões de segurança dessa atividade, tendo em vista que ela ocorre, está aí; então, uma medida mais eficaz é verificar a segurança desse transporte, se ele está sendo feito com a maior cautela possível.

E buscamos também aprimorar a formação técnica, no âmbito do Ministério Público Federal, em relação à temática que envolve energia nuclear, porque nós realmente não temos um corpo técnico que nos auxilie. Estamos sempre pedindo auxílio à Comissão Nacional de Energia Nuclear. Por coincidência, o grupo reúne-se dia 24, com a presença da Comissão Nacional de Energia Nuclear, para prestar alguns esclarecimentos sobre os seis primeiros tópicos eleitos para acompanhamento do Grupo Energia Nuclear. Eu deixo aqui o arquivo, que tem as primeiras ações práticas, com detalhes.

Amanhã, no Rio de Janeiro, vai haver um seminário sobre energia nuclear. Eu gostaria de dizer que o Ministério Público está sempre aberto para ouvir, para realizar audiências públicas — já temos na agenda uma preparada para colher informações sobre esses tópicos — e para acompanhar a questão da melhor forma.

É uma pena. Eu tenho algumas dúvidas que gostaria de esclarecer hoje. Achei que a oportunidade seria boa, mas estou vendo que não há aqui ninguém nem da ELETRONUCLEAR nem da Comissão Nacional de Energia Nuclear, e quanto à opção pela construção de Angra III eu tenho algumas dúvidas. Participei, na Rio+20,



de alguns eventos, como a apresentação da International Atomic Agency sobre a construção de usinas nucleares. Assistimos nesses vídeos a depoimentos de pessoas contra a energia nuclear, mas existe também o outro lado, que eu conheci na Rio+20, em determinadas apresentações da área de energia. O interessante é que o debate seja sempre estimulado, e o ponto principal que eu vejo na nossa realidade é a necessidade de transparência das informações.

A maior dificuldade que o Ministério Público encontra para conseguir acompanhar a questão e determinar se há necessidade de alguma medida de cobrança de eventual descumprimento de cautelas, ou de segurança na execução das atividades definidas na legislação e autorizadas pelo Legislativo e pelo Executivo, está justamente no acesso à informação. Diante da nova Lei de Acesso à Informação, eu acho que algumas medidas poderiam de plano já ser tomadas, como, por exemplo, acesso mais fácil à página da Comissão de Energia Nuclear dos licenciamentos, dos documentos, de material, para que possamos conhecer de fato os detalhes do que tem sido feito e da forma como tem sido feito.

Para o GT, para o grupo de trabalho começar a chegar a alguma deliberação, é preciso passar um tempo tentando obter informações, e no estágio atual em que nós estamos, de evolução da democracia, de participação cidadã, é necessário, em primeiro lugar, para que possa haver essa participação, acesso à informação. Então, o meu primeiro e mais importante foco é em que seja dada maior transparência às informações, não só para o Ministério Público, mas para todos os cidadãos, para que se possa realmente fazer um juízo, uma avaliação, com base em fatos e em questões científicas.

Com relação ao acidente de Fukushima, que provavelmente será tratado aqui pelos outros expositores, eu pude ler alguma coisa a esse respeito, e verifiquei que a falta de informação e de transparência realmente foi um dos fatores que causou aquela tragédia. Então, esse é o primeiro ponto.

Eu gostaria de colocar à disposição de todos o Subgrupo Energia Nuclear da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal para marcarmos audiências públicas, para recebermos, para ouvirmos qualquer informação sobre o tema.

Muito obrigada pela oportunidade. *(Palmas.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Obrigado, Sra. Gisele. Durante o acontecimento de Fukushima, que V.Sa. citou por último, eu lembro que o grande causador do acidente foi um apagão, e nós no Brasil já convivemos com apagões há algum tempo. Então, com essa parte aí ficamos mais preocupados ainda.

Eu queria convidar para conduzir a reunião o meu querido colega Deputado Ricardo Tripoli, porque, embora estejamos trabalhando aqui desde as 9 horas da manhã, se eu não der a presença no painel, terei um belo desconto no nosso minguado salário. O Deputado Ricardo Tripoli conduzirá os trabalhos a partir daqui, e, com propriedade, anunciará o próximo palestrante.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Tripoli) - Eu quero justificar a saída do Deputado, esclarecendo que o Presidente, ontem, convocou uma sessão extraordinária para hoje pela manhã, que coincide com esta nossa audiência pública, mas não retira o mérito e a importância dela. Aliás, esta audiência pública será fundamental, porque será toda compilada, toda guardada, para que nós da Comissão de Meio Ambiente possamos, ao término dos trabalhos, ter uma informação, um caldo de cultura, de ciência, para que possamos obviamente enfrentar esse grande desafio que é a questão nuclear no Brasil e no mundo.

E, dando continuidade ao nosso trabalho, passo agora a palavra ao Sr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, para que faça suas considerações. S.Sa. disporá de 15 minutos. Ali nós temos o controle do tempo. Normalmente, os palestrantes fazem um autocontrole. A Dra. Gisele, por exemplo, deixou um tempo razoável para que possamos usar depois nos debates.

**O SR. ALTINO VENTURA FILHO** - Bom dia a todos. Eu cumprimento o Deputado Ricardo Tripoli, e na pessoa dele os demais participantes da Mesa e todos os participantes desta audiência.

O Ministério de Minas e Energia agradece o convite e a oportunidade de trazer algumas reflexões sobre a questão energética, em particular a questão da energia nuclear. Eu trouxe aqui uma apresentação, com cerca de 15 transparências. Vou usar mais ou menos metade delas, talvez um pouco menos, e tentar apresentá-las em sequência.

*(Segue-se exibição de imagens.)*



Eu trouxe aqui essa apresentação para falar um pouco da energia nuclear no contexto atual, no mundo e no Brasil, e fazer algumas considerações sobre perspectivas de longo prazo. A questão nuclear tem que ser vista no longo prazo. Não se pode olhar uma situação conjuntural do período 2013/2014. É uma opção que o mundo usa, sempre uma visão de longo prazo.

Como primeiro comentário, quero destacar a importância, melhor dizendo, o papel da energia nuclear no mundo na produção de energia elétrica. Aqui aparece a matriz de oferta de energia de eletricidade no mundo de 1980 a 2010, nestes últimos 30 anos, digamos, e aqui aparece a participação percentual de cada uma das fontes primárias que o mundo utiliza para produzir energia elétrica. O nosso primeiro comentário é o de que a energia elétrica que a sociedade humana usa vem fundamentalmente dos combustíveis fósseis. Esses três combustíveis são: o carvão, uma grande fonte de produção de energia elétrica, o gás natural e o petróleo. Ou seja, esses três combustíveis fósseis, somados, já representam um montante muito elevado como parcela de produção de energia elétrica no mundo.

Observamos que o carvão está crescendo, em função do programa da China. A oferta de energia elétrica vinda do carvão passou de 38% em 1980 para 41%. O gás natural teve um crescimento grande em função da tecnologia das turbinas em ciclos combinados, o que aumentou o rendimento, com maior oferta de gás. E o petróleo, um combustível muito nobre, teve uma redução muito significativa, por razões amplamente conhecidas.

E aqui aparece também a energia nuclear, com uma evolução de 9% para 13% no período, mostrando que ela teve um crescimento acentuado.

Quando observamos os conceitos que o mundo tem adotado recentemente — desenvolvimento sustentável; uso melhor e mais eficiente dos recursos naturais do planeta; a questão da economia de baixo carbono —, vemos que, no que diz respeito à produção de energia elétrica, o aumento do gás natural tem uma razão importante, porque é um combustível mais limpo, é o que menos emite CO<sub>2</sub>, comparado com o carvão e com o petróleo. Essa redução do petróleo é benéfica, e isso ocorreu pelo aumento do gás natural e pela participação mais relevante da energia nuclear no mundo, que teve um desenvolvimento muito grande nos últimos 30 anos.





A hidroeletricidade tem uma participação reduzida, na medida em que os países de Primeiro Mundo já desenvolveram seus potenciais. Ela aparece aqui como uma fonte que é só do caso brasileiro.

Então, o comentário que se pode fazer é o de que a energia elétrica no mundo é produzida hoje a partir de combustíveis fósseis, que são emissores de CO<sub>2</sub>; portanto, contribuem para as mudanças climáticas no planeta.

Além desses três combustíveis fósseis, tem importância ainda a hidroeletricidade, decrescente aqui, em função do potencial hidroelétrico mundial, e a energia nuclear, que está tendo um crescimento grande.

No caso brasileiro, a situação é completamente diferente do resto do mundo. Nós temos a participação hidroelétrica, em que de 1980 a 2010 houve uma redução, pela política de diversificação da matriz elétrica brasileira. O gás natural teve um crescimento substancial. O País passou a ter mais gás natural. O carvão tem uma participação muito complementar, limitada à Região Sul brasileira. E a energia nuclear, com Angra I e Angra II, teve também um crescimento significativo.

É interessante destacar aqui a participação dos derivados da cana-de-açúcar, que é o bagaço produzindo energia elétrica, que só existe no Brasil, e teve um crescimento também bastante acentuado. E o petróleo apresenta aqui uma redução, em razão de que o mundo todo procura economizar petróleo.

Aqui, numa comparação entre o Brasil e o mundo, conseguimos entender melhor a diferença entre a matriz da energia elétrica brasileira e a do mundo. O mundo usa muito carvão, 41%; o Brasil, apenas 1,3%. O mundo usa 22% do gás natural; o Brasil, apenas 5,7%. O mundo usa 5% do petróleo; o Brasil, apenas 2,7%. E aparece aqui a grande diferença, que é a questão da energia hidroelétrica, em que o Brasil tem 74%, e o mundo usa 16%. São dados de 2010. E a energia nuclear aparece aqui com 13%, em termos mundiais, e o Brasil, apenas 2,7%.

Essa transparência permite mostrar que a nossa matriz é muito mais favorável do ponto de vista de emissão de CO<sub>2</sub>, do ponto de vista ambiental, porque nós usamos as fontes renováveis de energia, que são baixas emissoras de gases de efeito estufa. E o Brasil tem essa fonte porque tem essa disponibilidade. Se o mundo tivesse a disponibilidade de fontes renováveis que o Brasil tem, certamente estaria usando coisas parecidas com o que nós estamos utilizando nos anos recentes.



Isso aqui é só para ressaltar que o Brasil cresce e precisa expandir o seu sistema energético. Um dado interessante é o de que nos próximos 15 anos nós temos de dobrar o nosso sistema energético, e nos 15 anos seguintes provavelmente teremos de dobrá-lo novamente, para atingir um nível, em torno do ano 2050, de um consumo *per capita* de energia de 7 mil quilowatts-hora/habitante, que é algo que se imagina como uma espécie de conforto para a sociedade. Esses 7 mil quilowatts são mais ou menos o consumo que hoje têm alguns países desenvolvidos da Europa, em particular a Alemanha.

Aqui temos um dado interessante, que sempre é questionado, qual seja, a consideração da eficiência energética. As metas brasileiras são muito ousadas, em termos de utilização da eficiência energética. No caso do consumo final de energia há uma intenção de se economizar 6,4%, em 2021, no nosso plano decenal, e em termos de consumo de energia elétrica cerca de 5,9%. São números bastante significativos, na consideração da eficiência energética na nossa matriz de energia.

Esse aqui também é um dado interessante, mostrando a competitividade das fontes para a produção de energia elétrica e aquelas que apresentam o menor custo do quilowatt-hora produzido. Eu destacaria as três fontes que o Brasil prioriza: hidroeletricidade, eólica e biomassa, que apresentam os menores custos da energia a ser produzida. Em seguida vêm o carvão, a nuclear e a dos combustíveis fósseis. Portanto, essas três fontes são aquelas que se apresentam mais favoráveis, do ponto de vista de se produzir energia a baixo custo.

Aqui temos uma informação importante, que é a questão da emissão de CO<sub>2</sub>. O mundo usa no setor energético os combustíveis fósseis, que são grandes emissores de CO<sub>2</sub>. Aqui aparecem: o carvão, com algo em torno de 300 gramas equivalentes de CO<sub>2</sub> por quilowatt-hora produzido; o gás natural, com metade do carvão; e o petróleo, como intermediário. Esses são combustíveis fósseis, grandes emissores de CO<sub>2</sub> por unidade de energia produzida. E aparecem aqui as fontes mais favoráveis, no que diz respeito a esse parâmetro de emissão de gases de efeito estufa. Explico que nesses números está incluída a fabricação dos equipamentos e todo o processo de produção dos combustíveis. Então, a energia solar tem um índice favorável, diríamos assim, próximo ao da hidroeletricidade; a biomassa, em função do seu equilíbrio com o meio ambiente, tem uma baixa



emissão, a eólica também; e a nuclear é aquela que se apresenta mais favorável, no que diz respeito à emissão de CO<sub>2</sub>. Essa é uma das razões de a energia nuclear ter tido uma retomada no mundo atual, na medida em que a grande discussão ambiental do mundo é a questão da emissão de CO<sub>2</sub> dos combustíveis fósseis e as consequentes mudanças climáticas.

Eu queria abrir um parêntese, sem perder tempo, para dizer o seguinte: em termos absolutos, o mundo continua aumentando a emissão de CO<sub>2</sub>. Todo o esforço internacional para tornar mais eficiente a questão da emissão visa reduzir as emissões por dólar de produto ou por unidade de energia produzida, mas, em termos absolutos, o mundo continua ampliando a emissão de CO<sub>2</sub>, em parte por uma maior utilização do carvão mineral, baseado nos programas da China e da Índia.

Aqui aparece uma evolução da matriz energética brasileira nos próximos 10 anos, mas eu poderia pular, porque vou apresentar logo em seguida essa transparência, que mostra de maneira mais inteligente e mais clara quais são as prioridades que o Brasil está dando para a sua matriz de energia elétrica. Nós estamos priorizando a expansão do sistema nos próximos 10 anos, com base nessas três fontes: hidroelétrica, eólica e biomassa, que representam 76% da expansão dos próximos 10 anos. Dentre essas três fontes, a hidroelétrica apresenta-se extremamente favorável, com quase metade da expansão do sistema elétrico brasileiro nos próximos 10 anos, em termos de capacidade instalada, e o restante, em termos de eólica e biomassa, com valores mais ou menos próximos, algo em torno de 15% cada uma.

Essas três fontes têm cinco características que justificam essa prioridade: primeira, o Brasil tem um grande montante de energia que pode ser produzida dessas fontes; segunda, são fontes renováveis; terceira, têm baixa emissão de gases de efeito estufa; quarta, têm tecnologia nacional; quinta, são aquelas que se apresentam mais favoráveis em termos dos impactos locais onde estão situadas. As demais fontes têm um papel complementar, em termos de permitir que o Brasil possa diversificar a sua matriz energética.

Aparece aqui a nuclear, com a Usina de Angra III, que está em fase de construção. No que diz respeito à situação atual da energia nuclear no Brasil, em



função de estudos técnicos que avaliaram o quanto faltava investir na usina e compararam os custos marginais de expansão do sistema brasileiro, a única decisão do Conselho Nacional de Política Energética foi tomada no sentido de concluir a Usina de Angra III. Então, a única decisão brasileira em relação à energia nuclear é concluir a Usina de Angra III, que está em construção. Todas as outras opções estão em fase de estudo, de planejamento e de discussão, para uma consideração dentro de todas as fontes energéticas que podem ser utilizadas no Brasil.

Bom, aqui temos a estrutura da capacidade instalada, e não vamos deter-nos nesse tópico. E aqui tratamos da questão de emissão de CO<sub>2</sub> no Brasil.

Nós temos uma matriz de energia extremamente favorável, incluindo todas as fontes de energia neste período de 10 anos, no nosso plano decenal. Nós temos o compromisso de limitar as emissões a 680 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>, e estamos chegando a 641 milhões de toneladas — portanto, abaixo das metas voluntárias que o Brasil se comprometeu a atingir em Copenhague.

Aqui são os investimentos, o que eu também acho que não é relevante discutir agora. Antes de tratar dessa transparência eu quero fazer alguns comentários, só para ajudar os debates e as discussões.

A energia nuclear no mundo sofreu um impacto com o acidente nuclear de Fukushima. Na Rio+20 o assunto foi discutido, mas não saiu nenhuma conclusão mais concreta em relação a alternativas de encerrar o programa nuclear no mundo. Os fatos mostram que a opção nuclear continua sendo adotada em termos mundiais. A restrição que tem havido ocorreu no Japão, evidentemente. Quando ocorreu o acidente de Fukushima, perderam-se quatro usinas nucleares das seis que lá havia, e houve a decisão de desativar as usinas nucleares japonesas. Essa decisão ocorreu no momento em que se ia fazer a troca de combustível. Desligava-se a usina e não era retomada a geração dessa usina. Isso levou o Japão a enfrentar um racionamento de energia elétrica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Tripoli) - Dr. Altino, lembro ao senhor que o seu tempo está esgotando-se. O senhor tem mais 1 minuto, por gentileza.

**O SR. ALTINO VENTURA FILHO** - Isso levou o Japão a um racionamento de energia elétrica e a retomar a geração nuclear dessas usinas. Quatro usinas desligadas foram retomadas. A Alemanha, um país que tem 140 mil megawatts,



também adotou essa política, que está muito concentrada na Europa Ocidental. Quando nós olhamos os programas de construção de usina nuclear no mundo, vemos que 66 usinas nucleares estão sendo construídas no mundo. A China está com 28, e vários outros países estão construindo usinas nucleares.

No caso brasileiro, a questão da usina nuclear, em longo prazo, está um pouco relacionada com o aproveitamento do recurso hidroelétrico brasileiro. O Ministério de Minas e Energia não é contra nenhuma alternativa energética que possa ser adotada, desde que tenha características favoráveis, técnicas, econômicas, ambientais e de tecnologia nacional. No caso da hidroelétrica, que é a nossa fonte principal, do total do potencial hidroelétrico brasileiro, de 260 mil, nós só consideramos aproveitáveis cerca de 150 mil a 160 mil megawatts, porque o restante está em terras indígenas, em parques nacionais, em reservas florestais, onde, em alguns casos, não se pode nem fazer o estudo do potencial hidroelétrico. Então, o Brasil, de um modo geral, abandonou cerca de um terço do seu recurso hidroelétrico.

E esse recurso hidroelétrico, que é a principal fonte da expansão do nosso sistema, esgota-se em torno de 2025 e 2030. A partir daí, o Brasil vai ter de usar uma outra fonte, em substituição à hidroelétrica, no que diz respeito à expansão do sistema. E, dentro do quadro existente hoje, vai ser provavelmente um misto de usina nuclear, carvão e gás natural, em função de discussões como a que está ocorrendo aqui, sobre termos ambientais, custo da energia e consequências da implantação dessas usinas.

É uma ilusão pensar que um País como o nosso, que precisa de 6 mil a 7 mil megawatts/ano, possa ser atendido exclusivamente com eficiência energética, com energia fotovoltaica, com energia eólica ou com repotencialização de usinas. Isso tudo é importantíssimo, e o Ministério está defendendo e priorizando, mas nós precisamos ter uma fonte de base, que é importante para levar à frente o programa de expansão, que hoje é a hidrelétrica. Quando esgotar a hidrelétrica, com o quadro tecnológico do mundo de hoje, a opção brasileira, como está ocorrendo no mundo, provavelmente vai ser um misto de carvão, nuclear e gás natural.

Peço desculpas por ter passado do meu tempo, mas eu queria fazer este resumo.



Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Tripoli) - Agradeço a V.Exa. a participação.

Lembro que a sessão que está sendo realizada neste instante, convocada pelo Presidente efetivo da Casa, fez com que o Presidente da Comissão e o proponente desta reunião, o Deputado Penna, tivessem de ir a todo instante ao plenário e retornar.

Passo a palavra ao Sr. Heitor Scalabrini, professor da Universidade Federal de Pernambuco — UFPE, que disporá também de 15 minutos.

**O SR. HEITOR SCALABRINI** - Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Sr. Deputado Penna, meus agradecimentos pelo convite e pela oportunidade de estar aqui. Eu parablenizo-os pela proposição desta audiência pública, assim como parablenizo os demais membros da Comissão, por acolherem e apoiarem esta iniciativa. Cumprimento também os demais membros da Mesa.

A situação da energia nuclear, depois de 1 ano da Rio+20 e da Cúpula dos Povos, sofreu mudanças importantes, com relação ao seu papel nas políticas energéticas de vários países industrializados. A tragédia ocorrida no Japão em 11 de março de 2011 colocou em evidência, mais uma vez, as grandes questões que ainda não foram respondidas pela área nuclear. A primeira delas é o alto fator de insegurança na operação de usinas nucleares e os riscos de desastres relacionados a vazamentos de material radioativo, quase invariavelmente de consequências dramáticas, espalhando radioatividade no ar, na terra e na água.

A credibilidade com relação à segurança dos reatores nucleares foi seriamente abalada com os desastres de Three Mile Island, nos Estados Unidos, Chernobyl, na ex-União Soviética, e agora Fukushima, no Japão. Com outras tecnologias para produzir eletricidade também podem ocorrer acidentes, como, por exemplo, incêndios em termoelétricas e rupturas de barragem em reservatórios de usinas hidrelétricas. Mas os acidentes nucleares, devido à liberação de material radioativo, são infinitamente mais perigosos à vida humana, à vida animal e à própria natureza. Esse último no Japão mostrou que mesmo num país altamente desenvolvido e bem preparado tecnologicamente, com nível científico elevado dos



seus especialistas, desastres e falhas tecnológicas podem ocorrer. Os riscos de acidentes nucleares existem e quando acontecem são devastadores. Daí, para evitar esse risco, o caminho é não instalar essas usinas.

Outra questão é de caráter econômico. A eletricidade nuclear é mais cara do que outras formas de produzir eletricidade. A geração nucleoeleétrica é uma tecnologia complexa, cara, e fica ainda mais cara e deixa de ser competitiva, em relação a outras fontes de energia, devido aos gastos para melhorar o desempenho e a segurança das usinas. De modo geral, somente empresas estatais constroem reatores nucleares, ou empresas privadas com fortes subsídios governamentais. E aí está o nó do problema para essa indústria, que depende enormemente de altos investimentos vindos dos cofres públicos. No Brasil, um reator de 1.300 megawatts tem seu custo inicial avaliado em R\$ 10 bilhões.

Finalmente, há a questão não resolvida do armazenamento do lixo nuclear. Nenhum país conseguiu até hoje equacionar definitivamente o problema da destinação dos resíduos perigosos, altamente radioativos, produzidos pelas reações nucleares, que em geral se acumulam na própria usina, como em Angra I e Angra II. Esses resíduos continuam ativos, como aqui já foi dito, por milhares de anos, criando assim também um problema ético, pois a geração presente se beneficia dos serviços elétricos, mas acaba legando às gerações futuras os resíduos radioativos.

Diante das evidências tristemente constatadas em Fukushima, envolvendo a emissão do material radioativo para o meio ambiente, provocando a retirada de mais de 100 mil pessoas, ainda resta muito a fazer para acabar com essa tragédia. O chamado programa de descontaminação prevê reabilitar-se uma área de 20 mil quilômetros da região mais exposta à precipitação radioativa e assim possibilitar o retorno das pessoas que de lá foram retiradas. Estão sendo liberados pelo Governo japonês para essa finalidade US\$ 13 bilhões. Estima-se que no caso dos reatores I, II e III de Fukushima o combustível fundido será retirado em um prazo próximo a 25 anos, e somente depois essas unidades serão desmanteladas, ou, como dizem, descomissionadas, o que deverá levar mais 15 anos. Ou seja, as unidades da Central de Fukushima Daiichi somente se tornarão um mausoléu definitivo para a posteridade em 2052, lembrando que todo esse trabalho ao longo dos próximos 40



anos será realizado, na maioria, por operários que trabalharão em ambiente de alta radioatividade.

A catástrofe em território japonês foi um grande exemplo, um grande aviso para o mundo, contribuindo efetivamente para o aumento da desconfiança na indústria nuclear. Como consequência, aumentou a rejeição pela opinião pública global do uso da energia nuclear. Vários países entenderam esse alarme e anunciaram o cancelamento dos seus programas nucleoeletrônicos. Pesquisas de opinião pública realizadas em vários países, incluindo o Brasil, indicam que, em média, 69% dos entrevistados rejeitam a construção de novas usinas. No Brasil, 79% dos entrevistados na enquete disseram opor-se à construção dessas usinas.

Não há, portanto, razões para investir em energia nuclear no Brasil. Para garantir a segurança energética, o País dispõe de recursos renováveis, abundantes e diversos, que podem atender à demanda eficientemente, sem desperdício e com geração descentralizada, além da complementaridade entre as diversas fontes energéticas.

A Alemanha foi a primeira nação industrializada a ter um plano para abolir a energia nuclear do seu território. A data para pôr fim a essa insegurança foi o dia 29 de maio de 2011, por decisão da coalizão de governo da Chanceler Angela Merkel. Até 2022 não haverá mais reatores nucleares naquele país emblemático, particularmente para o Brasil, que assinou em 1975 o Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica com aquele país. Juntas, as 17 usinas em solo alemão, que produzem 25% da energia elétrica alemã, serão desativadas até 2022. A tomada de decisão do Governo alemão de deixar a energia nuclear mostra que bastam visão e vontade política para livrar um país dessa fonte de energia indesejável, pelo perigo que representa, suja, pelos resíduos que produz, e cara, implicando tarifas mais onerosas para o consumidor.

Enquanto a Alemanha vira a página da nuclear, técnicos e políticos brasileiros duvidavam que esse país pudesse sobreviver sem a nucleoeletricidade. Os mais exaltados alegavam até que o desligamento progressivo das usinas nucleares forçaria o país a utilizar combustíveis fósseis, contribuindo assim para o aquecimento global. Mais uma vez esses *experts* em energia mostraram o quanto estavam errados. Passado pouco mais de 1 ano dessa decisão histórica, no dia 1º





de agosto de 2012, a Associação Nacional de Energia e Água — ou BDEW, a sigla em alemão — anunciou que 25% da energia consumida pela Alemanha no primeiro semestre de 2012 foram gerados a partir de fontes renováveis e que essas fontes registraram um crescimento no período, comparado a 2011, quando representavam somente 17% do consumo energético total. O setor eólico nesse período cresceu 9,2%, contribuindo para o total da energia demandada pela Alemanha, respondendo pela maior contribuição das energias renováveis; a biomassa representou 5,7% da demanda, e o setor fotovoltaico 5,4%, sendo esse o que mais cresceu, 47%, aumentando a sua geração no primeiro semestre de 2011 para igual período em 2012.

Aqui cabe um parêntese: sem dúvida, houve um crescimento das termoelétricas a carvão mineral, mas em número bem pequeno. Houve crescimento de 4% nesse período. Então, é bom que se diga que houve crescimento também de 4% do carvão, bem menor do que o crescimento das fontes renováveis.

O recado parece estar dado para o Brasil e para o mundo. As fontes renováveis podem e devem substituir os combustíveis fósseis, além da indesejável energia nuclear. O mês de setembro de 2012 ficou marcado na história pelos anúncios feitos pelos Governos japonês e francês a respeito da decisão de se afastarem da energia nuclear, responsável pelos piores pesadelos da humanidade. Essa tomada de posição tem um significado especial, visto que esses países, até então defensores dessa fonte energética, têm em suas matrizes a maior participação mundial da nucleoeletricidade.

Depois da histórica decisão do Governo alemão de abandonar definitivamente a energia nuclear, agora foram os Governos do Japão e da França que reviram os planos relativos ao uso da energia nuclear. O Japão anunciou que vai abrir mão da energia nuclear ao longo das próximas 3 décadas. Essa decisão, tomada após o encontro ministerial em 14 de setembro de 2012, indica o abandono de tal fonte energética na década de 2030.

O plano japonês que foi apresentado é semelhante ao da Alemanha. Sem dúvida, para o Japão a tarefa é mais complexa, visto que um terço da eletricidade gerada no país é proveniente dos 50 reatores em seu território.



Ainda sobre a decisão do Governo japonês existem críticas, por não ter sido especificado quando exatamente a meta seria alcançada, já que a decisão agora tomada não seria obrigatória para os governos futuros, o que significa, em princípio, que uma nova administração poderia rever os planos, como tem tentado o atual primeiro-ministro. Todavia, dificilmente, essa mudança de rumo ocorreria pelo alto grau de engajamento e conscientização dos japoneses e das japonesas, demonstrando, em recente pesquisa de opinião, que mais da metade da população desse país se diz favorável ao fim do uso da energia nuclear no Japão.

Também houve críticas sobre o porquê de esse calendário ser tão dilatado, já que o país chegou a desligar 48 dos reatores depois do desastre de Fukushima e poderia, com o aumento da participação das fontes renováveis e com o ambicioso programa de eficiência energética, atingir a meta num prazo menor. Todavia, mesmo com essas ressalvas, a decisão anunciada aponta um novo rumo na questão energética japonesa e mundial.

Já na França, na conferência realizada em Paris, em 14 e 15 de setembro de 2012, sobre questões ambientais, o Presidente François Hollande, cumprindo promessa de campanha, declarou que está engajado na transição energética, com base em dois princípios: eficiência e fontes renováveis de energia. Ele planeja reduzir a dependência do país da energia nuclear, que hoje corresponde a mais de 75% da matriz elétrica daquele país, para 50% até 2025.

Sem haver metas conclusivas para o abandono definitivo da energia nuclear no território francês, sem dúvida a decisão do Governo francês é histórica e extremamente positiva, visto que, até então, discutir a questão nuclear na França era tabu. Para aqueles defensores dessa tecnologia, que sempre mencionavam o Estado francês como uma referência de sua experiência exitosa na área de energia nuclear, essa é uma derrota de grandes proporções. Sem dúvida, a revisão de posicionamento da França, mesmo diante das dificuldades, da complexidade do problema e das contradições existentes, é indispensável para o mundo de amanhã sem nuclear.

Somados, Áustria, Bélgica, Suíça e Itália, em que, em uma decisão plebiscitária, mais de 90% da população italiana votaram contra a instalação de novos reatores nucleares em seu território, esses países reviram os planos de



instalação de novas usinas e decidiram distanciar-se da energia nuclear. Agora, a Alemanha, o Japão e a França tomaram posições semelhantes. Diante desse contexto internacional, aqui fica uma pergunta que não quer calar: por que então o Governo brasileiro insiste em planejar a construção de usinas nucleares?

O Plano Nacional de Energia — PNE 2030, estratégia para expansão da oferta, propõe a construção, além de terminar Angra III, de mais quatro usinas nucleares até 2030. Duas dessas novas unidades, com potência de 1.300 megawatts cada uma, poderiam ser construídas na Região Nordeste, e outras duas no Sudeste. Paralisadas há mais de 20 anos, as obras da usina nuclear de Angra III foram retomadas em julho de 2008, e estima-se para 2015 a entrada em operação da terceira usina termonuclear brasileira, com investimentos da ordem de R\$ 7 bilhões.

O Brasil não tem necessidade de construir mais usinas nucleares para atingir as metas de aumento da oferta de energia. Essas decisões que se referem à construção de usinas de geração têm sido apresentadas diante de um suposto aumento dos riscos de déficit de energia, alimentado pela síndrome do apagão. Idêntica justificativa dessa necessidade de energia foi utilizada pelo regime militar, quando da assinatura do acordo nuclear entre Brasil e Alemanha, que previa a construção...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Tripoli) - Sr. Heitor, só quero lembrar que V.Sa. tem mais 1 minuto.

**O SR. HEITOR SCALAMBRINI COSTA** - Eu vou pedir licença para ultrapassar mais 2 minutinhos, para ser coerente com a minha fala, senão eu vou interromper-me. Eu estou usando o tempo do representante do GAMBÁ. Obrigado, Sr. Presidente Tripoli.

Fonte de energia elétrica ambientalmente imprópria, por causa dos riscos de acidente pela produção de resíduos radioativos, O uso da nucleoeletricidade para o Brasil é estrategicamente incorreto e deveria ser definitivamente descartado. Parece-me mais inteligente buscar formas de aumentar a eficiência e a conservação de energia e encontrar na diversidade das fontes renováveis as múltiplas saídas para os problemas energéticos do País.



Nesse contexto, oponho-me à lamentável e solitária decisão do Governo Federal, que anunciou em 2010 a expansão de instalações nucleares no País com a construção de Angra III e de mais quatro usinas termonucleares até 2030. Foi uma decisão solitária, uma decisão tomada por 12 membros do Conselho Nacional de Política Energética — CNPE, que tomaram essa triste decisão contrária aos interesses desta Nação.

De lá para cá nós temos constatado, como eu já mencionei, que essa diretriz não mudou, apesar dos acontecimentos dramáticos decorrentes do vazamento de material radioativo da usina de Fukushima Daiichi. Esse episódio no Japão sem dúvida foi um marco, no sentido de tornar pública uma decisão que extrapola simplesmente a questão técnica de oportunidade e necessidade de energia, das vantagens e desvantagens das alternativas disponíveis. A partir daí esse debate ganhou as ruas de todo o mundo. Em várias partes do mundo houve contestações aos governos que decidiram por essa opção energética. Manifestações ganharam as ruas em diversos países, e uma discussão até então restrita a técnicos e políticos popularizou-se, trazendo à tona um tema muito caro às pessoas: a manutenção da vida em nosso planeta.

No Brasil ainda se tem pouquíssima consciência da extrema gravidade da questão nuclear e da urgência de enfrentar os problemas que ela nos traz. Mesmo não havendo provas definitivas de que o nosso País esteja construindo armas nucleares, eventos e pronunciamentos em passado recente levam-nos a crer que o Brasil recomeçou a flertar com a ideia de produzir uma bomba atômica, após tentativas anteriores, malsucedidas, durante o regime militar. Nos últimos anos diversas autoridades, como o ex-Vice-Presidente da República José Alencar e o ex-Primeiro-Ministro de Ciência e Tecnologia Roberto Amaral, declararam a necessidade de o País dispor de armamento nuclear para defesa preventiva de suas riquezas como fator de dissuasão, para impor mais respeitabilidade. Também o documento sobre estratégia nacional de defesa, lançado em 2008, afirma: “(...) *independência nacional alcançada pela capacitação tecnológica autônoma, inclusive nos estratégicos setores espacial, cibernético e nuclear. Não é independente quem não tem o domínio das tecnologias sensíveis, tanto para defesa como para o desenvolvimento.*”



Embora a Constituição brasileira diga que toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos, o assunto está longe de ser considerado um tabu. A ressurreição do programa nuclear brasileiro é mais um dos indícios da estratégia governamental de tornar o Brasil uma potência atômica. O dinheiro empregado no programa para a construção e funcionamento das novas usinas nucleares permitirá lubrificar toda essa engrenagem. A cada usina que construirmos aumentará o volume de urânio que produzimos, aumentando assim o saldo com que se espera entrar definitivamente como sócio no fechado clube atômico. Para tal, é necessário ter a bomba atômica.

Abrir mão da energia nuclear significa um importante passo para evitar o perigo de uma nova proliferação nuclear, dada a natureza dual da energia nuclear, que se presta tanto para aplicações pacíficas como militares, sem falar dos problemas físicos de segurança nuclear. Não devemos esquecer jamais o que afirmou o físico nuclear Robert Oppenheimer em sua visita ao Brasil em 1953: *“Quem disser que existe uma energia atômica para a paz e outra para a guerra está mentindo”*.

No Brasil, pela exuberância e pela diversidade de fontes energéticas renováveis disponíveis em seu território, não precisamos de energia nuclear. O Brasil é um país bem ensolarado, possui muita água, fortes ventos, grandes áreas agrícolas para a produção de biomassa, podendo utilizar tudo isso para o seu desenvolvimento e, assim, melhorar a qualidade de vida de sua população e do meio ambiente. Então, que País é este que opta pela energia nuclear, combustíveis fósseis e mega-hidrelétricas na Região Amazônica?

A insistência em manter uma política energética tem a cada dia surpreendido. Informações veiculadas na mídia atual dão conta de que os responsáveis pelo Programa Nuclear Brasileiro estão em entendimento com a Caixa Econômica Federal para que conceda à empresa encarregada da construção de Angra III um empréstimo que permitirá completar a obra, uma vez que até então solicitação feita no mesmo sentido a bancos europeus não obteve resposta. Segundo o que chegou ao nosso conhecimento, a demora dos bancos europeus para atender a esse pedido de financiamento seria devida à insuficiência de informações apresentadas pelas autoridades brasileiras quanto às condições de segurança de Angra III. Como essas



condições se tornaram mais exigentes após o acidente de Fukushima, esses bancos e a agência alemã Euler Hermes, que daria o seguro de empréstimo, têm solicitado mais informações.

Então, são do conhecimento geral, inclusive desta Comissão, os riscos específicos que apresenta Angra III, a partir da visita e do relatório do Partido Verde, intitulado *Chuvas em Angra e Os Riscos da Energia Nuclear* e apresentado após a visita do Deputado Sarney Filho àquela região. Além disso, caso um desses acidentes ocorra ali — obviamente, ninguém deseja isso —, Angra está a 220 quilômetros de São Paulo, 130 quilômetros do Rio de Janeiro, 350 quilômetros de Belo Horizonte e menos de 40 quilômetros do centro de Angra III. Então, o que nos preocupa neste momento é que a Caixa Econômica Federal possa dispor-se a substituir esses bancos estrangeiros que solicitam mais informações sobre a segurança de Angra III e não têm obtido.

Por outro lado, entidades e organizações que lutam por um Brasil livre de usinas nucleares obtiveram recentemente um novo aliado. A Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros — CNBB, em reunião realizada em Aparecida, de 10 a 19 de abril de 2013, após ouvir e discutir uma comunicação sobre a questão nuclear no Brasil e no mundo, decidiu, à unanimidade dos votos, abrir e aprofundar dentro da Igreja a discussão sobre o tema da produção de energia elétrica por usinas nucleares, numa perspectiva pastoral de defesa da vida, e estimular a ampliação desse debate em toda a sociedade, numa perspectiva de transparência e informação. Chamo atenção para esse fato porque foi uma decisão unânime dos bispos naquela reunião.

Portanto, definitivamente, afirmo que a energia nuclear está longe de ser uma boa alternativa para diversificar a matriz elétrica. Não é segura, não é ambientalmente viável, não traz benefício econômico; portanto, senhoras e senhores, não se conformem com a ameaça que representa a instalação das usinas em nosso País. Vamos agir enquanto é tempo.

Com essa reflexão eu encerro a minha intervenção. Fico à disposição para o debate, e peço desculpas mais uma vez pelo prolongamento da minha fala.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Agradeço ao Sr. Heitor Scalabrini a participação e passo a palavra ao Sr. Ademar Kyotoshi Sato, monge budista especializado no setor nuclear, que disporá de 15 minutos, tempo regimental, para fazer a sua manifestação.

**O SR. ADEMAR KYOTOSHI SATO** - Sr. Presidente, até pensei que não poderia vir hoje, porque há alguns dias estou com uma alergia de causa indeterminada. Nos últimos 2 anos tenho sido muito visitado por essa doença alérgica que meu geriatra diz que é de causa desconhecida, e uma das coisas que me ocorreu foram as três visitas que fiz a Fukushima depois da tragédia. Estive em Fukushima 2 meses depois do *tsunami* e da explosão da usina nuclear em maio de 2011. Estive também no final do ano passado, e voltei no segundo aniversário, no dia 11 de março deste ano.

Brincadeiras à parte, essa insegurança está tomando conta do Japão. Volto do Japão não apenas como estudioso do tema, mas como testemunha. Minha mãe é japonesa, natural de Fukushima, mas meu pai já é nascido no Brasil. Na última visita que fiz a Fukushima, fui até bem perto da usina onde houve o vazamento. Essas visitas fizeram-me pensar de forma profunda sobre a questão nuclear hoje no mundo, e não só no Brasil.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Vou passar diretamente aos últimos *slides*. Os senhores podem ler ali: *“Não se deixar levar exclusivamente pelos critérios de eficiência e eficácia que partam da ordem econômica e gerencial; sempre levar em conta os limites do patamar científico e tecnológico, que os interesses econômicos e gerenciais sempre alargam; considerar preponderantemente a periculosidade da geração nuclear diante das promessas de segurança; dar importância mais aos fatos do que às desculpas conceituais; o uso social da ciência e tecnologia não pode ser gerido apenas por cientistas e tecnólogos, embora eles possam ter boas intenções; levar em conta a crítica mais profícua em prol da segurança e sustentabilidade que surge no seio da população, em particular dos trabalhadores diretamente ligados à questão nuclear, e também das pessoas que foram vítimas, que experimentaram e conheceram o sofrimento que é uma crise nuclear”*.



Quanto a isso, lembro que o Japão é único país que levou no seu costado a experiência de duas bombas atômicas. No dia 11 de março de 2011, um terremoto de magnitude 9, uma alta magnitude, foi desencadeado a 130 quilômetros da costa. Não era tão perto da costa. Às 15h35 um *tsunami*, acompanhando esse terremoto de magnitude 9, com uma altura incrível, de 10 a 40 metros, transpôs os muros da usina instalada em Fukushima. Hoje consta que morreram 20.806 pessoas, 3.084 continuam desaparecidas e 6.025 pessoas ficaram feridas.

É um número relativamente pequeno, se levarmos em conta o fato de que esse *tsunami* atingiu 18 províncias. O Japão tem 47 províncias, sendo que 18 províncias da costa nordestina do Japão sofreram a ação da natureza na forma de terremoto e *tsunami*. Acontece que em Fukushima, à noite, às 20h50, 6 horas depois, foi expedida a ordem de evacuação para habitantes residentes num raio de 2 quilômetros da usina; 33 minutos depois esse raio foi estendido para 3 quilômetros; no dia seguinte, às 5h44, para 10 quilômetros; na tarde do dia seguinte, às 18h25, para 20 quilômetros; 2 dias depois, no dia 15, esse raio de evacuação chegou a 30 quilômetros.

Antes do *tsunami*, com o apagão, todas as medidas de segurança, todos os procedimentos para proteger a vida humana presente na usina de Fukushima foram por terra abaixo. Constatou-se um alto índice de vazamento nuclear, de 50 milisieverts. Nem sei como se escreve essa unidade de medida. A informação que tenho é de que 50 milisieverts correspondem a 600 vezes o índice normal que se observa nas grandes cidades. Mesmo não havendo vazamento nuclear, as cidades apresentam esses índices de radioatividade; esses 50 milisieverts ao redor da usina representam 600 vezes esse índice normal. Estima-se que com essa ordem de evacuação, e também contando com os voluntários, 160 mil pessoas refugiaram-se, deixaram os locais próximos à usina de Fukushima. Pesquisas recentes mostram que 2 anos depois 30% desses que se refugiaram não querem mais voltar à sua terra natal, índice que chega a 50% para os menores de 38 anos; 83% dessas pessoas que não voltam justificam dificuldade de saneamento, de despoluição, 66% demonstram desconfiança quanto ao nível proposto de segurança e 61% não confiam mais nas palavras do Governo.





Por que isso é importante para nós? Nos anos 70 o Japão instalou 20 usinas nucleares, depois 15 nos anos 80 e mais 15 nos anos 90; no entanto, neste século, nos anos 2000, apenas cinco. Ou seja, o processo de desenvolvimento japonês talvez seja parecido com o nosso desenvolvimentismo. Registre-se também que seis usinas de reciclagem para a extração do plutônio, material bélico essencial, foram construídas ao norte do Japão, ao custo de R\$ 40 bilhões, e é muito curioso que atualmente estejam sem funcionamento, mas isso tem razão de ser. Com os acidentes de Sellafield, na Inglaterra, em 1973, em Three Mile, nos Estados Unidos, em 1979, em Chernobyl, na Rússia, em 1986, e mais esse acidente, essa tragédia em Fukushima, a probabilidade de haver um acidente sério, que era de 1, contando 500 usinas, em 200 anos, subiu para um grande acidente a cada 10 ou 20 anos. Trata-se de uma probabilidade bastante significativa: de um acidente para 500 usinas em 200 anos, foi para um acidente a cada 10 ou 20 anos.

Sabe-se também — trata-se de outra informação — que só a desativação de Fukushima custaria cerca de R\$ 1 bilhão. Pelas informações que eu tenho, os japoneses são conhecidos por sua ordem, sua disciplina e sua dedicação. Vimos pela televisão as pessoas, numa cena belíssima, que certamente nos emocionou a todos, ajudarem-se mutuamente para se recuperarem do *tsunami* e do terremoto, mas não se trata apenas dessa tragédia natural, trata-se também do vazamento de radiação nuclear de Fukushima. Ainda assim, o governo diz que tem tomado cuidado, especialmente no treinamento do pessoal, cuidado com a matéria física, cuidado com a melhora da técnica e das habilidades para tratar com a energia nuclear, e não tem, para tanto, economizado recursos financeiros.

Suponhamos que seja uma condição ideal, levando em conta a tradição japonesa de cuidado, de atenção e de delicadeza. O fato é que tudo estava sendo feito em termos de pessoal adequado, matéria física bem cuidada, técnica e habilidade, que são tradições japonesas, e recursos financeiros que foram destinados para esse cuidado mais do que duplicado, mas isso apenas demonstra o alto custo da segurança requerida e, ao mesmo tempo, o alto risco inerente. Mesmo que se gaste de forma considerável com segurança, com pessoal, com treinamento e com material, o alto risco inerente continua.



No que diz respeito ao alto custo calculado, ao cuidado no trato com a matéria-prima letal, que seja urânio, que seja cripton, que seja céσιο, que seja xênon, ao cuidado com o armazenamento de matéria-prima altamente radioativa que pode reagir entre si se não for bem armazenada, ao cuidado na construção e na instalação do reator nuclear, que é uma construção muito especial, para acomodar tanto as máquinas e os equipamentos como as matérias-primas, essas instalações requerem muito cuidado na própria manutenção. Não basta construir e deixar que se gastem. Além do reator propriamente dito, as edificações e a infraestrutura requerem um alto investimento em condições normais. Ainda assim, o risco inerente é alto. Por quê? Por causa das manifestações da natureza, especialmente no caso do Japão. Talvez seja menor entre nós. Para nós talvez sejam mais importantes outros fatores de risco, como falha humana.

Também devemos esperar que o homem não seja tão são assim. Podem ocorrer guerras. Deve ser fácil bombardear uma planta de usina nuclear. Podem-se esperar ações terroristas e boicotes. Não só a força da natureza, sobre a qual não temos controle, mas também as falhas humanas, essas que eu citei, são comuns, são normais, e podem acontecer a qualquer momento. No caso do Japão foi a manifestação incontrolável da natureza, como podem acontecer, em outros países, outros problemas, como o fator humano.

O que eu vi no Japão ao longo dessas três viagens em quase 2 anos foi, no início, *slogans* muito vistosos. Eu vi bandeiras dizendo o seguinte: “Zero usinas nucleares”; “Usinas nucleares nunca mais”; “Nenhuma usina nuclear em 10 anos”; “Vamos construir uma sociedade independente, que não dependa de usinas nucleares”; “Governo bom é aquele que cuida do fechamento das usinas em funcionamento, especialmente em Fukushima”. Eram chamadas fortes, não só dos movimentos sociais, dos movimentos civis, mas dos próprios partidos.

Bem, 5 meses atrás, em dezembro do ano passado, houve eleição geral do Congresso Nacional. Como se sabe, o Japão é um país parlamentarista. Os Deputados é que elegem o gabinete. Essa eleição de dezembro de 2012 teve uma das menores taxas de comparecimento dos eleitores: 60%. Estavam criticando o governo, ou em favor de alguma medida governamental. Esperava-se um comparecimento mais significativo. Esse índice de comparecimento, 60%, foi um dos



mais baixos. Ao perguntarem sobre a motivação do voto, 32% responderam que a preocupação era a economia e o emprego; 23%, questões de aposentadoria e seguridade social; 10%, redução de impostos e taxas; e apenas 7% disseram que o tema motivacional básico era a Usina de Fukushima, ou seja, as usinas nucleares.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Tripoli) - Gostaria de lembrar de que V.Sa. dispõe de mais 1 minuto.

**O SR. ADEMAR KYOTOSHI SATO** - O que tem a ver essa situação que eu vi no Japão com o dia de hoje e com o Brasil? A questão nuclear no Japão é uma continuidade da questão das bombas que se jogaram sobre ele. Não há nenhuma dúvida sobre isso. Por quê? Porque as forças de ocupação americanas proibiram a divulgação de informações sobre os danos da bomba nuclear no Japão, em primeiro lugar. Há poucas informações sobre isso. Em segundo lugar, quando a Rússia estoura em forma de teste a bomba nuclear, 3 anos após a guerra, em 1948 ou 1949, os Estados Unidos resolvem fazer do Japão, um país avançado no Oriente, um palco da Guerra Fria.

O que eu vi no Japão também mostra os limites desse modelo de desenvolvimento que está sob a égide do desenvolvimentismo, o desenvolvimento a todo custo. Os dados que eu mostrei antes — nos anos 70, 20 usinas nucleares, nos anos 80, 15, nos anos 90, 15 — mostram como a construção de usinas nucleares moldou, desenhou o modelo de desenvolvimento, e também mostram os perigos da ciência e da tecnologia que se põem a serviço do poder. Daí por que volto àquele primeiro quadro, e peço que o coloquem.

Eu falei até agora como ex-economista, e como quem esteve na ação social até há uns 10 anos. Certamente muitos me conhecem mais dessa fase do que agora, como monge. *(Falha na gravação.)* ...por questão familiar, mas também para acompanhar o trabalho dos monges religiosos nas regiões. Os religiosos budistas, cristãos e de outras religiões foram agentes importantíssimos para apoiar as pessoas que estavam desabrigadas, para ouvi-las na sua angústia, no seu desespero.

Mas também, de forma muito forte, o que eu aprendi no budismo? Primeiro, pela Lei da Causalidade, tudo que vem acontecendo tem causas e condições. Não basta tomarmos medidas imediatas, às vezes oportunistas, se nós não vamos às



causas dessas condições que se produziram. Também a Lei da Impermanência ensina que nós não podemos agir sobre o passado, mas podemos modificar o futuro, tomando atitudes aqui e agora. E a Lei da Interdependência leva-nos a refletir: que direito nós temos de colocar em risco os nossos descendentes? Em risco, em situação de insegurança. Imaginem: se eu aqui no Brasil, diante dos senhores, fico achando que, tendo ido à região de Fukushima, certamente eu fiquei sujeito à radiação três vezes, se eu aqui no Brasil, com uma simples alergia fico inseguro, imaginem no Japão como eles estão. Há uma total insegurança quanto às informações, quer sejam do Governo, quer sejam da Academia, e uma insegurança total quanto ao futuro, além da desarticulação familiar de 170 mil pessoas.

Era isso que eu queria mostrar aos senhores, com o testemunho de quem lá esteve. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Tripoli) - Agradeço ao Monge Sato e a participação a gentileza das palavras.

No *blog* de uma revista nacional publicou-se que nós não teríamos convidado mais pessoas que estivessem acompanhando a posição do Secretário de Planejamento e Desenvolvimento, o Sr. Altino Ventura Filho, mas nós lembramos que foram convidados membros do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e representantes das Indústrias Nucleares do Brasil, que declinaram do convite. Portanto, não se trata de falta de convite. Talvez numa próxima oportunidade eles possam comparecer ao nosso evento.

Passo a palavra agora ao último orador, o Sr. Renato Cunha, representante do Grupo Ambientalista da Bahia — GAMBÁ e da Articulação Antinuclear Brasileira. Da mesma maneira, sou obrigado a lembrá-lo de que V.Sa. dispõe de 15 minutos.

**O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA** - Obrigado. Cumprimento a todos da Mesa na pessoa do Deputado Ricardo Tripoli. Vamos ver se a gente consegue falar até mais rapidamente, para dar à plateia a oportunidade de se pronunciar. Eu dei parte do meu tempo ao Prof. Heitor, e vou respeitar isso.

A gente está envolvido com essa questão nuclear desde o momento em que se soube, lá na Bahia — a gente é da Bahia —, que o Governo estaria disposto a fazer a mineração de urânio em Caetité, lá pelos anos 80. Isso preocupou-nos bastante, por conta de tudo que já foi dito aqui na Mesa e exibido nos vídeos, com



as consequências, os desafios, os problemas, as graves questões que podem estar relacionadas à questão nuclear.

Como já foi dito pelo Deputado, a gente está representando não apenas o GAMBÁ, entidade que tem 30 anos de fundação, mas também a Articulação Antinuclear Brasileira, que é um coletivo de pessoas, instituições e movimentos sociais que se uniram de uns 3 anos para cá para trabalhar com essa questão. E represento também a Coalizão contra Usinas Nucleares. Inicialmente, a gente até sugeriu que a Comissão de Meio Ambiente convidasse para este evento Chico Whitaker, que é bastante conhecido na área, mas ele não pôde comparecer. Então a gente também está trazendo um pouco da preocupação da Coalizão, que reúne dois coletivos de organizações, de profissionais, de estudiosos, contra a instalação de usinas e contra o desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro.

Então, lá na Bahia, preocupados com a possibilidade de exploração de urânio em Caetité, começamos a nos organizar, e como a questão não era simplesmente baiana, porque envolve toda uma discussão nacional, nós envolvemo-nos com outras organizações no Brasil que na época também estavam discutindo a questão das usinas de Angra. Estávamos preocupados também com toda essa questão militar e com tudo que já foi dito aqui pelo Prof. Heitor.

Infelizmente, depois de muitas lutas lá, a mineração de urânio acabou sendo desenvolvida pelas Indústrias Nucleares do Brasil. Já faz uns 13 ou 14 anos que ela está em funcionamento, e já ocorreram vários problemas, constatados por estudos na região, estudos do Governo da Bahia, como contaminação da água, e pelo relatório da Plataforma DHESCA, que trata dos direitos humanos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, e um excelente relatório, coordenado pela Profa. Marijane Lisboa, que infelizmente também não pôde comparecer hoje aqui por motivo de doença. Ela poderia dar o seu depoimento de todo esse trabalho que foi feito, assim como Cecília Melo, que participou com a Profa. Marijane do trabalho da Plataforma, que constatou várias irregularidades, vários problemas em Caetité. Alguns companheiros de Caetité que estão aqui podem pronunciar-se e dar um depoimento mais concreto sobre isso.

Até hoje o licenciamento do IBAMA não foi atendido plenamente em suas condicionantes. A gente até espera que o Grupo de Trabalho Energia Nuclear do



Ministério Público Federal possa investigar melhor esse licenciamento da mineração de urânio. A gente gostaria de conversar melhor com os senhores sobre isso.

Então, a nossa preocupação agora é com a possibilidade de nova exploração de urânio em Santa Quitéria, no Ceará. Aqui está o nosso companheiro Erivan, que pode dar o seu depoimento sobre a questão do Ceará. A preocupação é muito grande com essa questão, e talvez muito mais concretamente depois dos problemas no Japão, em Fukushima, como relatou o Monge Sato, que deu um depoimento muito interessante.

Na Cúpula dos Povos, graças à articulação do próprio Sato, foram dados vários depoimentos por pessoas que viveram ou ainda vivem a realidade de Fukushima, depoimentos muito fortes, que faziam doer nosso coração. Lágrimas vieram à tona muitas vezes diante do depoimento de pessoas que tiveram suas vidas praticamente destruídas por um acidente que talvez não tenha sido fruto de uma casualidade, e sim de algo com que a gente tem de se preocupar, já que, como foi dito, pode acontecer de tantos em tantos tempos.

A gente não quer, é claro, que aconteçam episódios como esses nunca. Por exemplo, o urânio que sai de Caetité é transportado por rodovias baianas que atravessam várias regiões sem muito controle, sem esclarecimento à população, em estradas que não são de boa qualidade, e chega à cidade de Salvador, onde passa por avenidas com tráfego, ainda que à noite. A situação é complicada. Depois o urânio desembarca no porto, e algumas vezes navios que estavam ali para receber essa carga não podem recebê-la, porque não estavam programados para receber carga nuclear, não foram devidamente avisados, e a carga fica lá, exposta, ao lado do porto, porque no Porto de Salvador é proibido permanecer carga radioativa por mais de 1 dia. Então, a carga ficava no lado oposto ao porto, numa área onde ficam os contêineres. Há riscos envolvidos nessas situações. Então, nós ficamos muito preocupados com o anúncio do Governo de que quer retomar o Programa Nuclear Brasileiro, como foi dito pelo representante do Ministério de Minas e Energia, Dr. Altino, que usa como grande argumento para a retomada do Programa as mudanças climáticas.

É evidente que estamos preocupados com as mudanças climáticas, mas não consideramos que a alternativa de geração de energia para o País, tendo em vista o



combate às mudanças climáticas, seja a energia nuclear. A solução não passa pela energia nuclear. Há outras possibilidades, já lembradas aqui pelo professor e pelo Dr. Altino, como as energias renováveis, que devem ser incentivadas muito mais; a conservação de energia, já que existe um desperdício muito grande em todo o processo de produção, de geração, de transporte de energia e também no consumo, e isso precisa ser revisto; e a repotencialização das usinas hidrelétricas, que é outro caminho — o Prof. Célio Bermann, da USP, fez vários estudos sobre isso — que pode ser mais bem trabalhado pelo Governo, sem a necessidade de todos os problemas relacionados à produção e à geração em Belo Monte.

Eu sei que os argumentos em favor da renovação, da retomada do Programa Nuclear Brasileiro estão sendo trazidos muito em função das mudanças climáticas. Em tese, a gente gostaria de reafirmar a nossa preocupação. Esses vídeos a gente pretende fazer circular bastante, para conscientizar a população brasileira, as instituições, o Congresso Nacional, o próprio Governo para a necessidade de se repensar isso, e também para que a sociedade fique mais bem informada.

Como disse a nossa Procuradora da República Gisele, é muito importante a informação, a transparência. As informações do setor nuclear são muitas vezes sigilosas. Elas nunca são claras. A gente tem dificuldade de informação até, por exemplo, sobre o licenciamento para mineração de urânio em Caetité, com a CNEN e mesmo com o IBAMA, que precisam dar informações concretas sobre o que está acontecendo lá, sobre a saúde da população, sobre a qualidade da água, do ar, do solo, dos alimentos. Essas são informações de difícil acesso. Na cultura do setor nuclear, a transparência não é a prática. Isso a gente constata muitas vezes. As informações não vêm a público da melhor maneira. Não sei se a gente vai conseguir mudar esse costume. A gente espera que, com um trabalho mais concreto, objetivamente possam abrir-se os arquivos todos da área nuclear, para que a gente tenha mais informação.

E pode acontecer de, vindo à tona essas informações, ficarmos ainda mais preocupados, mais assustados.

Acho que são essas as considerações que eu gostaria de fazer inicialmente. Ouvir mais manifestações da plenária também é interessante neste momento. Obrigado. *(Palmas.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Tripoli) - Agradeço-lhe as considerações.

Embora regimentalmente a gente tenha alguma dificuldade, eu vou solicitar à representante da entidade não governamental que, por gentileza, seja bem sucinta. Nós temos dois problemas: uma questão regimental e o problema do início da Ordem do Dia no plenário. Se a senhora puder ser breve, sucinta, eu agradeço. Em seguida vou passar a palavra, para as considerações finais, aos membros da Mesa.

Por gentileza, a palavra é sua.

**A SRA. IONE BANDEIRA ROCHAEL** - Bom dia a todos e todas. Meu nome é Ione Bandeira Rochael. Estou aqui representando a Comissão Paroquial de Meio Ambiente da cidade de Caetité, Bahia. Quero dizer que há mais de 13 anos a INB explora urânio sem licença ambiental, sem licença radiológica da CNEN, descumprindo condicionantes, principalmente a obrigação de fazer o monitoramento dos trabalhadores e da população, mais os estudos hidrogeológicos.

Em 1988 a INB contratou um grupo da FIOCRUZ para fazer uma pesquisa. Essa pesquisa tem o seguinte título: *“Estudo epidemiológico de morbimortalidade relativo à eventual ocorrência de patologias relacionadas a danos genéticos e neoplasias malignas na área de influência da unidade de concentrado de urânio (URA) das Indústrias Nucleares do Brasil (INB) — Caetité, no Estado da Bahia”*. A pesquisa foi coordenada pelo pesquisador Arnaldo Levy Lassance Cunha. Nessa pesquisa foi dada como cumprida a condicionante de saúde.

Desde o momento da contratação da pesquisa, ela foi questionada pela Secretaria de Saúde do Estado, pela CESAT, pelo Ministério Público Federal e pelos movimentos sociais e populares da região. Foi criticada e questionada porque tinha abrangência limitada e metodologia suspeita. Parece ter sido adotada com segundas intenções. E mais adiante foram comprovadas essas segundas intenções. Já em 2009, a INB divulgou em Caetité, com base nos resultados dos dados parciais dessa pesquisa, a seguinte conclusão: a INB não provocou o aumento de câncer na região. E apresentou matéria com o título *“Pesquisa científica comprova: mineração de urânio não aumenta casos de câncer”*. E em 2010 continuou divulgando os seus boletins, em matérias com informações dessa pesquisa, negando que essa mineração cause algum tipo de câncer. No final de 2010 publicou no jornal *A Tarde*,





jornal esse de grande abrangência, na Bahia e fora da Bahia, um encarte com o título “*Urânio não provocou aumento de câncer na população*”.

Durante 4 anos a INB continuou mentindo para a Bahia e para o Brasil, e durante 3 anos os movimentos sociais, entidades e populares, com o apoio da Plataforma DHESCA, questionaram em vários ofícios dirigidos à direção da FIOCRUZ e ao seu conselho de ética se de fato essa pesquisa tinha o aval da FIOCRUZ, e se a FIOCRUZ considerava eticamente correto que os resultados parciais da pesquisa fossem usados para ludibriar a boa-fé da população da região.

Depois de muita pressão da sociedade civil e da Plataforma DHESCA, a socióloga Marijane Lisboa disse publicamente ao Presidente da FIOCRUZ, durante a Cúpula dos Povos, que era necessário o posicionamento da FIOCRUZ diante de um assunto tão grave, que evoluía e que envolvia a credibilidade da instituição, ou seja, a afirmação de que radioatividade não provoca câncer. Finalmente, em abril deste ano a direção da FIOCRUZ desmontou essa fraude, essa manipulação criminoso do uso indevido dessa pesquisa, e informou-nos em ofício que havia constituído um grupo de trabalho permanente para assessorar a Presidência da FIOCRUZ quanto à avaliação dessa pesquisa.

A posição da FIOCRUZ é de que essa foi uma pesquisa meramente exploratória e inconclusiva, mas a INB divulgou em Caetité, em março de 2003, que o IBAMA considerou essa pesquisa conclusiva, e que não era preciso que fossem feitos novos estudos sobre a situação de saúde da população de Caetité. E esse estudo está servindo para o IBAMA renovar a licença de operação da INB. Nós estamos muito preocupados com a possibilidade de que o IBAMA leve em consideração o resultado dessas pesquisas, eis que posteriormente elas foram desautorizadas pela FIOCRUZ.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Tripoli) - Peço a V.Sa. que seja breve, por gentileza.

**A SRA. IONE BANDEIRA ROCHAEL** - Vou ler aqui um pequeno trecho:

*“Após a deliberação técnica, o GT concluiu que o referido estudo possui um caráter exploratório e inconclusivo. Portanto, não permite estabelecer inferências sobre a relação entre exposição à radiação*



*ionizante, tanto em níveis naturais locais, como decorrente das atividades de extração e concentração de urânio e seus impactos no perfil de morbimortalidade ou, mais especificamente, sobre a mortalidade por câncer na área de influência da unidade de concentração de urânio, URA, das Indústrias Nucleares do Brasil, INB, em Caetité, Bahia. Dessa forma, consideramos inapropriadas matérias de divulgação pública que, baseadas no estudo em questão, afirmam que a atividade mineradora da região não causa impactos à saúde da população potencialmente exposta.”*

Eu quero convidar os senhores, em especial Gisele, todos os Parlamentares, todos aqui presentes, para fazerem um *tour* no entorno da mina em Caetité, para verem como a população do entorno vive. A população do entorno vive sem nenhum tipo de tecnologia, sem nenhum tipo de assistência. Lá não existe nenhum tipo de monitoramento. Os agricultores não conseguem vender seus produtos, e eles não sabem por quê... A água não tem qualidade, e os alimentos a gente não sabe, nem eles, o quanto estão comprometidos. E eles ainda passam o dia como se estivessem expostos a constantes terremotos, de tantas explosões na mina, com liberação de poeira radioativa, expostos ao gás radônio. Eu quero convidar os senhores para irem lá, para verem de perto, e o Sr. Ventura também, para talvez entender melhor o quanto as atividades da mineração emitem CO<sub>2</sub> também, desde o começo, na sua cadeia produtiva.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Tripoli) - Agradeço-lhe a sua participação e registro o convite feito à Comissão de Meio Ambiente. Vou transmitir ao Presidente efetivo desta Comissão o convite feito, e montaremos um grupo para fazer a visitação.

Como nós temos aqui, como premissa, estabelecer o princípio do contraditório, vou conceder agora a palavra ao Sr. Osvaldo Dalvi, que a solicitou. Ele é membro da Eletronuclear e assessor parlamentar. V.Sa. tem a palavra. Peço que seja breve também, por gentileza.



**O SR. OSVALDO DALVI** - Boa tarde. Meu nome é Osvaldo Dalvi. Sr. Presidente, eu queria só retomar uma pequena fala inicial, que foi o princípio da fala de Gisele. Sobre o processo eu também acho que a sociedade brasileira precisa de mais informação, e quando se trabalha com uma dinâmica dessas muitas pessoas acabam sendo prejudicadas, porque uma informação publicada de um jeito que faz com que ela não traduza a verdade, até porque há conceitos filosóficos sobre ela, acaba sendo uma desinformação.

Sou amigo há muitos anos do querido Sato, mas eu tenho e posso levantar alguns dados, por exemplo, da gestão das indústrias no Japão. Trata-se de uma sociedade eminentemente estruturada, que leva a questão a sério, e lá no Japão os elementos econômicos, as formas de gestão, querido Sato, não são assim. Então, nós brasileiros também podemos questionar isso. Nós podemos questionar, por exemplo, o Prof. Heitor, lá na universidade, quando fala, por exemplo, de alguns conceitos. Então, ouvimos as observações feitas pelo nosso querido amigo. Ele chega aqui e aponta alguns elementos, como a Procuradora apontou, e por isso é que é muito importante, num espaço como este do Congresso, que as coisas sejam tratadas com as devidas diferenças. Basta dizer que o nível de radiação que o meu amigo e querido Sato comentou, do ponto de vista técnico, faz uma diferença danada!

Então, eu acho... Eu sempre trabalhei aqui na Câmara. Sou um assessor que há 22 anos está por aqui. Sou amigo de Diomedes há muito tempo. Eu sou amigo dele, mas isso não quer dizer que ele seja meu amigo, não. Digo que sou amigo de Dioclécio, que sou amigo dele, porque estou sempre fazendo isso. Então, nós temos a obrigação de fazer com que as informações fluam. Por isso, eu quero parabenizar Gisele pela sua primeira intervenção, quando disse que nós precisamos disso, e eu acho que precisamos, sim. Ora, eu trabalho com energia nuclear e trabalho com energia solar. Estou contribuindo. Trabalho também com a informação, para que a sociedade seja bem informada. O Deputado Tripoli, por exemplo, eu tenho uma necessidade absoluta de que ele vá ao Rio para saber como é a piscina, mas ele sempre diz: *"Eu não conheço"*.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Tripoli) - Eu conheço. Já estive lá faz 17 anos, eu, Fábio Feldmann, Gabeira e Antônio, Tonhão, físico da USP. Tive o



privilegio de conhecer. Agora, entre conhecer e gostar, ou não, a diferença é enorme!

**O SR. OSVALDO DALVI** - Eu quero muito que V.Exa., com a sua formação abalizada, ajude na informação. E aí, como foi dito no início, quem tem de tomar essa decisão é o povo brasileiro, não sou eu. Estou na Eletronuclear e sou pago com dinheiro público. Então, tenho de fazer isso de forma muito séria. Eu não queria fazer aqui debate algum, mas é a palavra da Eletronuclear, neste sentido: no que se precisar de informação, sempre que for necessário nós estaremos à disposição para ajudar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Tripoli) - Agradeço a V.Sa. a participação e passo às considerações finais, em função do avançado do tempo, e ainda tenho de ir ao plenário, por conta da sessão extraordinária.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Tripoli) - Disse “almoçar”? Esse é um esporte que normalmente não praticamos aqui. *(Risos.)* Mas quando há possibilidade fazemos um lanchezinho na hora do almoço.

Para as considerações finais, passo a palavra à Dra. Gisele Elias de Lima Porto Leite, Procuradora da República do Ministério Público Federal. Em seguida passarei a palavra aos demais, para que possamos concluir esta nossa audiência pública.

**A SRA. GISELE ELIAS DE LIMA PORTO LEITE** - Obrigada, Presidente. Eu gostaria de parabenizar a todos pelas intervenções neste debate extremamente importante, como já ressaltai no início.

Agradeço o convite, que em nome do Grupo de Trabalho Energia Nuclear do Ministério Público Federal aceito já de plano. Vamos agendar uma data para visitar as instalações em Caetité. Assim como já fui à piscina lá em Angra mais de uma vez, eu acho isso muito importante, realmente.

Então, na linha do que eu disse aqui no início sobre o limite do papel do Ministério Público, e a partir das informações que foram hoje deixadas aqui pelos palestrantes, eu gostaria de lançar alguns pontos como guia para os próximos debates, alguns pontos concretos, necessários para a evolução dessa questão.



O Exmo. Sr. Secretário Altino informou que no momento o que temos já aprovado é a finalização de Angra III. Os outros pontos do planejamento ainda estão em discussão, e, portanto, ainda há espaço para debates e participação pública, a partir, obviamente, das informações a que tenhamos acesso sobre essas outras questões. Então, partindo da questão de Angra III, eu quero deixar aqui lançado um desafio para as próximas oportunidades; inclusive, uma delas será a convocação de uma audiência pública no âmbito do Subgrupo Energia Nuclear, sobre um ponto que foi informado no material do GT sobre a questão do tipo de geração, não da geração da usina, mas do tipo de desenvolvimento da tecnologia de geração da usina de Angra III, que teria sido abolida no resto do mundo. Enquanto o resto do mundo já está noutro estágio de evolução nessa área de geração, das usinas, o Brasil estaria construindo um tipo de reator que não está mais sendo utilizado pelo resto do mundo. Essa é a informação que eu tenho no âmbito do GT, e eu gostaria de ser informada sobre qual é a pertinência dessa informação, com dados técnicos e com uma explicação maior, para que nós possamos decidir se há alguma medida a tomar ou não.

Um segundo ponto, partindo do que foi exposto aqui pelo Monge Sato com relação à evacuação: no plano de emergência houve uma redução de 15 quilômetros para 5 quilômetros da área de evacuação — tenho até os dados aqui — com base num artigo que não foi considerado pela agência americana de segurança nuclear. Com base nisso, a Comissão Nacional de Energia Nuclear teria fundamentado a redução de 15 quilômetros para 5 quilômetros da área de evacuação, e de 80 quilômetros para 50 quilômetros da área de controle, para fins de segurança da saúde da população com relação aos alimentos. Esse é um ponto que também, eu acredito, necessita de uma explicação, porque entra na questão de o Ministério Público avaliar o que está ocorrendo hoje e se é preciso adequar-se a medidas mais protetivas. É preciso haver fundamentação para que a população e o Ministério Público, em nome da coletividade, possam aceitar esse tipo de medida.

Com relação à transparência, como já foi aqui ressaltado por todos, isso representa a possibilidade de a população formar o seu julgamento com base nas informações que realmente refletem a realidade. Não vou entrar na questão do conceito de verdade, vou considerar fatos. E também é importante para que a



própria população possa exercer um controle adequado, e não com base em argumentações sem fundamentação.

Com isso, quero dizer da importância de todos os documentos relacionados ao licenciamento estarem acessíveis, não só ao Ministério Público, mas à população, no *site* da CNEN. Na última vez que eu o acessei, a Diretoria de Radioproteção e Segurança Nuclear não propiciava ao público nenhum acesso aos documentos, que eram classificados como sigilosos, inclusive alguns relacionados ao licenciamento. Neste momento em que vive a sociedade, isso não está de acordo com o que temos de exigir, até em função da nova Lei de Acesso à Informação. Esse é um ponto. Nós podemos até abrir a oportunidade para que, em próxima audiência pública que venha a ser realizada, os membros da Comissão Nacional de Energia Nuclear possam explicar essa questão da classificação como sigilosa de documentos que se referem ao licenciamento do empreendimento.

Neste ponto, não posso deixar de ressaltar a existência da proposta de criação de uma agência reguladora para a energia nuclear, que é um ponto realmente que está sempre em nossa discussão, tendo em vista que hoje em dia a Comissão Nacional de Energia Nuclear trata do fomento e do controle em diretorias separadas. Mas eu acho de termos de fomentar a discussão e talvez até levantar a proposta numa audiência pública, para ampla discussão com a sociedade sobre a conveniência desse modelo ou de outro que tenha de ser fomentado.

Último ponto: com relação aos submarinos nucleares, estou acompanhando a questão no Rio de Janeiro e verifico que foi mencionado, no âmbito de algumas das reuniões, que não há um fundo para o descomissionamento. Inclusive há o ponto em que o Ministério Público bateu, quanto a essa construção já iniciada, pelo menos a da base onde os três submarinos vão ficar. Nossa pergunta foi toda com relação ao cumprimento do licenciamento, das regras e da previsão do descomissionamento, e foi-nos informado de que seria só a partir de 2025, algo bem para frente. Portanto, não haveria preocupação imediata, urgente, que o Ministério Público tivesse de ter. Só que na minha condição de procuradora, formada em Direito, e, como já ressaltai aqui no início, sem um corpo do Ministério Público que possa auxiliar-me tecnicamente nessa questão, a pergunta é a seguinte: não existe a possibilidade de antes dos anos programados para o descomissionamento haver algum incidente que



faça necessário desativar os submarinos antes do tempo previsto? Isso geraria a necessidade de uma previsão do descomissionamento não só para daqui a tantos anos. É preciso trabalhar preventivamente, com um planejamento, para que o processo seja legitimamente aceito como uma opção dos Poderes Legislativo e Executivo. Como já dissemos aqui, nosso papel é de controle da execução.

Poderia falar muito mais, lançar várias questões, mas devido à limitação do tempo não é possível. Parabenizo a todos pela participação e espero que possamos manter essa linha de atuação na área. Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Tripoli) - Agradeço à nossa procuradora da República Gisele de Lima Porto Leite a gentileza. Aproveito a oportunidade para informá-la de que a Comissão de Meio Ambiente já aprovou a solicitação do Deputado Sarney Filho sobre a realização de audiência pública a respeito da criação da agência reguladora do setor nuclear. A senhora já fica convidada. Depois formalizaremos o convite.

Passo a palavra ao Dr. Altino Ventura.

**O SR. ALTINO VENTURA FILHO** - Vou procurar ser bem sintético, em função do horário. Vou dividir a minha conclusão final em dois aspectos. Primeiro, falarei sobre a questão da opção nuclear no mundo, como está sendo levada à frente neste momento, considerando-se Fukushima, Rio+20 e assim por diante, e depois farei alguns comentários sobre a questão nuclear no Brasil.

O Ministério gosta de olhar os fatos, as coisas concretas. Então, a análise que nós fazemos em cima dos fatos é a de que a opção nuclear no mundo continua sendo desenvolvida, com exceção da Europa Ocidental. Vou citar alguns números, para mostrar que essa opção continua sendo desenvolvida: a China está construindo 28 usinas nucleares. Algumas estão em fase final de construção, e entram em operação nos próximos 5, 6 anos. A China está planejando que entrem em operação no horizonte de 10 anos, um pouco mais, um pouco menos, 49 usinas nucleares. A Índia está construindo neste momento sete usinas nucleares, que entram em funcionamento nos próximos anos, e está planejando, com um horizonte de 10 anos — é o horizonte de programa de obras de geração —, 18 usinas nucleares.



Os Estados Unidos retomaram o seu programa nuclear. As fontes que estou usando são a Agência Internacional de Energia Atômica e a World Nuclear Power Reactors. Os Estados Unidos têm três usinas em construção. Tenho informação de que tomaram decisão relativamente a mais uma. O Reino Unido começou também a construção de uma nova usina. Há o caso da Coreia, e vários outros exemplos.

O Japão, pelas declarações do atual Governo japonês, não está encontrando alternativa que não seja a de retomar a geração nuclear nas usinas. Já retomou quatro usinas nucleares, em operação, e está enfrentando racionamento fortíssimo de energia, importando carvão e gás natural, com desequilíbrio na balança comercial japonesa e um grau de emissão de CO<sub>2</sub> muito elevado. Esses são os fatos que o Ministério analisa.

A Europa Ocidental está numa fase em que a opção nuclear, de fato, com a atuação da Alemanha, da Bélgica, da Suíça, está dentro de um programa de desativação. Mas tem-se de olhar um pouco esse contexto europeu, porque a Europa vive hoje uma crise econômica. Não cresce a sua economia, não cresce o mercado de energia elétrica. Não cabe fazê-lo neste momento, mas temos de aprofundar a discussão para entendermos as decisões da Alemanha em relação a esse tema. A Alemanha está com um programa, até 2022, para desativar suas usinas nucleares, mas compra, e continuará comprando, energia nuclear da França, que tem um programa de construção, tem uma usina em construção, apesar de o mercado não crescer.

A Alemanha estava engajada no programa da Europa 20-20-20: 20% de eficiência energética, 20% de fontes renováveis, e em 2020 o alcance dessas metas. Sabe-se que não vai conseguir isso. É um país comprometido com o meio ambiente, com um programa de subsídio imenso para a energia solar. Um país rico pode fazer isso, pode oferecer subsídios. São bilhões de euros que eles estão investindo para fazer isso, com compromisso com o meio ambiente. É um país que já está pronto, um país que cresce muito pouco. Para terem uma ideia, a Alemanha tem 140 mil megawatts instalados, sendo que precisa de mil, 1.500 megawatts por ano. É diferente de um país como o Brasil, que precisa de 6 mil, 7 mil megawatts por ano, um país que ainda temos de construir.





Então, no Ministério de Minas e Energia, gostamos de olhar para os fatos. Vamos observar, nos próximos 6 meses, no próximo ano, nos próximos 2 anos, o que vai acontecer com o contexto que estamos vivendo agora, para verificarmos se de fato a opção nuclear foi abandonada no mundo.

No que diz respeito ao Brasil, eu apenas ressaltaria que a decisão sobre Angra III foi tomada no Conselho. Já está em construção. Era para entrar em operação em 2015, mas a previsão hoje é para 2016. Por várias razões, o Conselho achou que deveria dar-lhe continuidade. E no nosso plano de longo prazo, para 2030, prevê-se a necessidade de quatro usinas nucleares ao longo da década de 2020, que estão em fase de planejamento. Não há nenhuma decisão de construção.

O Ministério de Minas e Energia não é contra nenhuma fonte energética que o mundo hoje usa, e todas elas têm o seus prós e os seus contras. O Brasil talvez seja o maior laboratório do mundo em matéria de energia — nós usamos praticamente todas as fontes —, e precisa fazer crescer a sua energia, multiplicar por quatro o seu sistema energético nos próximos 30 anos. As opções que o Ministério encontra são aquelas que propiciam matriz diversificada, em que cada uma delas há opções.

Eu quero dizer que nós estamos iniciando neste momento, o Ministério de Minas e Energia e a EPE, o nosso planejamento de longo prazo, que é o planejamento estratégico, que permite formular as políticas energéticas estendendo o horizonte de 2030 para 2050, que é o horizonte com que o mundo trabalha. Nesse estudo, nós vamos definir as políticas energéticas, vamos identificar a questão do esgotamento do potencial hidrelétrico, vamos ver o papel das fontes renováveis, e a questão nuclear será revisitada, atualizando-se o que se fez para o ano de 2030.

Esse trabalho é importantíssimo para que se tenha uma decisão sobre se nós vamos de fato transformar as usinas previstas, que estão numa fase de planejamento, as quatro unidades. O entendimento do Ministério de Minas e Energia é o de que o País precisa dessa opção, não deve fechar a porta para ela, como não deve fechar a porta para as outras opções também. Nesse trabalho nós vamos rever a questão. Estamos fazendo isso, discutindo com as entidades, com as organizações da sociedade. Portanto, temos condições de visitar a questão nuclear e entender se de fato ela é necessária no longo prazo ou não.

Seriam essas as minhas considerações finais.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Tripoli) - Agradeço ao Dr. Altino Ventura a participação.

Passo a palavra ao Sr. Heitor Scalabrini, para que faça as suas considerações finas. Peço-lhe, por gentileza, que seja breve, porque senão vou tomar falta.

**O SR. HEITOR SCALABRINI** - Está certo. Fui estimulado a fazer uma tréplica ao Dr. Altino. Eu ia simplesmente dizer que nós não somos contra pelo fato de ser contra. Nós somos a favor das energias renováveis. Somos contra a nuclear e a favor da informação.

Quanto a essa situação no mundo, eu gostaria de dizer, sem entrar no mérito de sua política interna, que alguns países não são grandes exemplos para o Brasil no que diz respeito a essa tomada de decisão. A China fará 28 usinas, mas o seu sistema de tomada de decisão é muito diferente do nosso. O mesmo vale para a Índia. O Ministério diz que está havendo nesses dois grandes países renascimento da energia nuclear, mas que leve em conta também essas questões internas. Eu acho que lá realmente não há muita democracia para se discutir essas questões como nós as discutimos em nosso País. A imposição é muito grande.

Com relação aos Estados Unidos é a mesma coisa. Não é, no caso, um grande exemplo, tendo em vista que não assinou o Protocolo de Kyoto, hoje utiliza gás de xisto, que é altamente poluente e vai contribuir para as mudanças climáticas mais ainda. Não podemos esquecer que chegamos à marca histórica de 400 partes por milhão (ppm) de CO<sub>2</sub>, o que era um dado emblemático do ponto de vista de se manter a temperatura média da Terra não superior 2 graus, 2,4 graus. Então, os Estados Unidos não são também, do ponto de vista ambiental, um grande exemplo, mas têm grande influência, porque o próprio Ministério hoje começa a fazer esse incentivo. Isso foi visto agora, nos leilões dos lotes da exploração de petróleo. É um estímulo até para que alguns comecem a utilizar o gás de xisto no Brasil.

Mencione-se ainda o carvão mineral. Nós estamos fossilizando a nossa matriz elétrica e a nossa matriz energética. Os leilões para as termoelétricas, que ficaram em *stand-by*, foram autorizados, e cada vez mais as termoelétricas a combustíveis fósseis têm tomado uma importância muito grande. Isso é o que se chama de



diversificação da matriz elétrica, um sistema núcleo termo-hidráulico. Então, eu vejo um pouco isso.

Quando o Dr. Altino afirma que se sabe que na Europa Ocidental não se vai conseguir, eu gostaria de saber quais são essas informações. Sabe-se, em princípio, a partir da questão dos 20-20-20? Eu gostaria de saber isso.

Temos de verificar que, no caso do Japão, existe a opinião pública. Não adiantam as posições do Governo. Eu gostaria que o Dr. Sato, que conhece muito mais essa realidade, dissesse algo. A população tem ido às ruas, realizado manifestações, e isso influencia decisões de governo, obviamente, em um país democrático, não é? Então, não basta que os governos queiram fazê-lo. Isso vai depender também da reação da população.

No Brasil, o planejamento referente ao aumento do consumo, à necessidade de se consumir mais, também é certamente contestado. Hoje nós baseamo-nos muito na questão do Produto Interno Bruto — PIB em relação ao crescimento das necessidades energéticas, e nós temos de ver que há uma decalagem, uma diferença muito grande entre o que se planeja relativamente às necessidades do futuro em relação ao crescimento do PIB e ao que na realidade está acontecendo no País.

Este debate foi da maior importância. A informação é necessária. É preciso discutir a informação. Como bem disse o representante parlamentar da Eletronuclear, é o povo brasileiro que vai decidir, e nós temos a obrigação de fazer com que a informação seja dada. Nem eu vou convencer o Dr. Altino, nem o Dr. Altino vai convencer-me quanto a esse tema. O que importa é o debate democrático, para que o povo decida. E essa função diz respeito também à Articulação Antinuclear, a coalizão a que pertenço, com muita galhardia. Estou muito satisfeito quanto à seriedade das pessoas que encontro nessa organização. O importante é a informação, e quem decide é o povo brasileiro.

Espero que outras e mais outras reuniões como esta aconteçam, porque este também é um fórum de troca de informações. Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Tripoli) - Agradeço ao Sr. Heitor Scalabrini a participação.



Passo a palavra ao Sr. Renato Cunha, para que faça suas considerações finais.

**O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA** - Também considero muito importante este debate. Acho que já atingimos objetivos aqui no sentido de mostrar um pouco a nossa posição, com os vídeos, com as manifestações dos representantes da Articulação Antinuclear — Heitor, eu, Ione, Zoraide, Erivan, que é do Ceará e teve dificuldade de falar agora, pela questão do tempo. Ele veio aqui, no entanto, e cochichou-me algo a respeito daquele convite feito por Ione para que se vá a Caetité, no sentido de que a Comissão de Meio Ambiente e a Procuradoria-Geral façam uma visita a Santa Quitéria também, onde há possibilidade — tomara que não se realize — de mineração de urânio. Lá não é só urânio, há também outros minerais associados. Trata-se de uma preocupação do povo, das comunidades que se situam no entorno. Fica então o convite para que seja realizada essa visita.

Como foi dito, a informação é fundamental, de todos os lados, não só do Governo, mas também de pesquisadores, de pessoas que estão aprofundando-se no tema. Que isso seja cada vez mais conhecido pela sociedade, para que ela se posicione também. Eu acho que há esse debate sobre a agência reguladora, que já está previsto, e outros tantos que gostaríamos que fossem aprofundados pelo Congresso Nacional também. Ficamos sempre com pena — não é, Deputado? — porque vemos a pouca participação dos Parlamentares. É claro que há agendas que se somam, acontecem paralelamente ao nosso evento, mas ficam esses convites e essa manifestação para continuarmos aprofundando esta discussão.

Gostaria de lembrar o que foi dito pelo companheiro aqui sobre a questão de Angra III e da notícia que se tem de que a Caixa Econômica Federal está propondo-se a investir na construção de Angra II. Eu acho que é uma desvirtuação total do papel da Caixa Econômica Federal, que tem outros objetivos muito mais sociais que não o de atender um projeto questionável e polêmico como esse.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Tripoli) - Agradeço ao Sr. Renato Cunha as palavras.



Passo a palavra ao Monge Sato, para que também faça suas considerações finais.

**O SR. ADEMAR KYOTOSHI SATO** - Antes de mais nada, quero agradecer a esta Comissão, que me fez o convite. Foi uma honra estar aqui presente. Quero prestar homenagem também aos técnicos da nossa Administração Pública, tanto da Procuradoria quanto do Ministério, que estão encarando seriamente essa questão nuclear. Homenageio também os movimentos civis antinucleares, a Articulação Antinuclear.

Eu saio daqui um pouco preocupado. A primeira frase minha, para a escolha dessa opção, era não levar em conta apenas critérios de eficiência e eficácia econômica e gerencial. Eu acho que está além disso. Eu fui planejador em toda a minha vida profissional e sei como esses critérios são variáveis. Achemos que podemos levar em conta algum parâmetro, alguns números, e esses números passam a não ser mais confiáveis. Eu acho que a questão está além dos números, das informações.

No Japão, onde havia transparência de informações, muitas informações, cuidado cultural, digamos assim, com as informações, com a transparência, levando-se em conta as inquietações populares, ainda assim ocorreu o acidente. Eu fico imaginando isso acontecendo num país como o nosso. Imaginem isso acontecendo em Angra dos Reis! Imaginem isso acontecendo em Angra dos Reis! Então, eu acho que a questão vai além das informações, vai além do planejamento.

O que eu sei concretamente é que, no Japão, estabeleceu-se um clima de intranquilidade, de insegurança e de desconfiança em relação a qualquer número, qualquer afirmação das autoridades. Isso é muito sério. Estou falando agora, aqui, como religioso. Nessas zonas, nesses lugares mantidos como abrigos, os religiosos são os responsáveis, são os que ficam. Por quê? Porque talvez seja seu ofício, sua profissão oferecer esse abrigo, não só físico, mas também espiritual.

Vejo que não está comprovado que essa radiação produz necessariamente câncer, mas está produzindo, sim, grande intranquilidade, que se alastra pelo mundo. Se nós no Brasil temos a opção, no caso da escolha da matriz energética, de deixar em segundo plano a energia nuclear, por que não fazer isso? Por que o



Brasil não pode dar um grande exemplo, o de que é possível pensar num modelo energético e econômico-social diferente?

Eu queria depositar a minha esperança nessa força de compaixão e de sabedoria do nosso povo. Isso pode ser evitado. Essa confusão, essa crise de respeitabilidade, de confiabilidade, pode ser evitada pelo esforço de todos nós, os movimentos civis, os políticos, os técnicos, sem estarmos presos de forma estrita aos dados. Esses dados não apresentam de forma cabal a realidade de Fukushima: zonas abandonadas, crianças tristes, pais velhos que choravam pela falta tanto do filho quanto dos netos. É um desânimo geral que toma conta do Japão. Eu não gostaria que isso se alastrasse pelo mundo, muito menos pelo Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Tripoli) - Agradeço ao Monge Sato a gentileza das palavras.

Cumprimento a todos os que participaram desta reunião.

Lembro que o Presidente efetivo desta Comissão, o Deputado Penna, encontra-se ainda em plenário. Ligou-me agora, bem como o Deputado Sarney Filho, porque o Presidente da Casa resolveu convocar sessão extraordinária, que provavelmente será prorrogada até as 16 horas. Ontem a sessão terminou, se não me falha a memória, às 23h45. Está havendo certo modismo nesta Casa de as sessões entrarem pela madrugada. De qualquer forma, agradeço a gentileza.

As apresentações dos palestrantes desta audiência pública vão estar à disposição dos interessados na página da Comissão de Meio Ambiente na Internet. Basta clicar em "*Audiências Públicas*".

Agradeço mais uma vez aos convidados, aos Parlamentares e aos demais participantes a presença, bem como aos internautas as manifestações.

Está encerrada a reunião.